

14ª (DÉCIMA QUARTA) ALTERAÇÃO DO CONTRATO  
SOCIAL DE IAFIS SYSTEMS DO BRASIL LTDA.

CNPJ/MF nº 05.742.247/0001-05

NIRE 53.201.200.892

**Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo:**

**1. INTERNATIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República Oriental do Uruguai, com sede na cidade de Montevideu, na colônia 966, sala 103, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 05.610.775/0001-00, neste ato representada por sua bastante procuradora, **Juliana Viana Rodrigues Pimentel**, brasileira, filha de Edvaldo Pimentel e Maria Helena Rodrigues Pimentel, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 1.526.462 (SSP/DF) e inscrita no CPF/MF sob o nº 821.276.621-72, residente e domiciliada em Águas Claras, Distrito Federal, na Alameda das Acácias, Qd 107, lote 5/6, Bloco A, apto. 1502, Residencial Primavera, CEP 70920-540.

**2. FERNANDO CASSINA**, argentino, filho de Miguel Angel Cassina e Susana Elena Torres, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade para estrangeiros RNE V 454701-E, inscrito no CPF/MF sob o nº 742.796.611-20, residente e domiciliado em Brasília-DF, na SMDB, conjunto 16, lote 03, casa "D", condomínio Mediterrâneo – Lago Sul/DF, CEP: 71680-160, neste ato representado por sua bastante procuradora, **Juliana Viana Rodrigues Pimentel**, acima qualificada; e

Únicos sócios da sociedade empresária limitada **IAFIS SYSTEMS DO BRASIL LTDA** ("Sociedade"), com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, na SMAS, Trecho 03, Conjunto 03, Bloco "B", Número 30, Salas 321, 322, 323 e 324, CEP: 70.610-635, inscrita no CNPJ/MF Nº 05.742.247/0001-05, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 20120172313, em sessão de 14 de março de 2012, têm entre si, justo e contratado, alterar o referido contrato social conforme os termos e cláusula seguintes:

**I - DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

1.1 - Os sócios, decidem nesta data aumentar o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 9.570.813,00 (nove milhões, quinhentos e setenta mil, oitocentos e treze reais) para R\$ 9.699.102,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil e cento e dois reais), um aumento, portanto, no valor de R\$ 128.289,00 (cento e vinte e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais), mediante a



Handwritten signature and initials.

emissão de 128.289 (cento e vinte e oito mil e duzentas e oitenta e nove) novas quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, as quais são totalmente subscritas pela sócia INTERNATIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A., com o expresse consentimento do sócio minoritário FERNANDO CASSINA., que, neste ato, renuncia expressamente o seu direito de preferência na subscrição, na proporção de sua participação no capital social da Sociedade.

1.2.- Ato contínuo, os sócios decidem consignar que todas as 128.289 (cento e vinte e oito mil e duzentas e oitenta e nove) novas quotas subscritas pela sócia INTERNATIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A. são neste ato integralizadas, em moeda corrente nacional, com (i) saldo de R\$0,31 (trinta e um centavos) reservado para futuro aproveitamento da conta reserva de capital, remanescente da última conversão de créditos de empréstimos realizada pela referida sócia, conforme constou da 13ª alteração de Contrato Social da Sociedade; e (ii) parte do produto da conversão de créditos de empréstimos detidos pela referida sócia contra a Sociedade, evidenciados na seguinte tabela:

Contrato de câmbio	Data de liquidação	Valor em USD	Valor em BRL	Valor em BRL utilizado para integralização
138543594	04/08/2016	2.277,77	7.336,24	7.336,24
138542763	04/08/2016	5.083,33	16.372,39	16.372,39
138542985	04/08/2016	13.443,48	43.298,76	43.298,76
138542988	04/08/2016	13.443,48	43.298,76	43.298,76
138543482	04/08/2016	500,00	1.610,40	1.610,40
138543402	04/08/2016	5.083,33	16.372,39	16.372,39
<b>Total</b>				<b>128.288,94</b>

O saldo de R\$0,25 (vinte e cinco centavos) será alocado na conta reserva de capital da Sociedade e ficará reservado para uso futuro pela sócia INTERNATIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A..

1.3.- Em razão das deliberações acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social é alterada e passa a vigorar com a seguinte redação:

### **"DO CAPITAL**

Cláusula 5ª – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 9.699.102,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil e cento e dois reais), dividido em 9.699.102 (nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil e cento e duas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

**1. INTERNATIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A** – 9.699.101 (nove milhões, seiscentas e noventa e nove mil e cento e uma) quotas no valor



*[Handwritten signature and initials]*

nominal de R\$ 9.699.191 (nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil e cento e um reais); e

**2. FERNANDO CASSINA** – 1 (uma) quota no valor nominal total de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo 1º - De acordo com o artigo 1.052 da Lei n º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

Parágrafo 2º - Cada quota confere o direito a um voto nas decisões dos sócios.

Parágrafo 3º - O saldo remanescente de R\$0,25 (vinte e cinco centavos) ficará reservado para uso futuro pela sócia INTERNATIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A."

## **II - DA SAÍDA DE DIRETOR**

2.1 – Os sócios decidem, de mútuo e comum acordo, aprovar a saída do Sr. **Fernando Cassina**, argentino, filho de Miguel Angel Cassina e Susana Elena Torres, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade para estrangeiros RNE V 454701-E, inscrito no CPF/MF sob o nº 742.796.611-20, residente e domiciliado em Brasília-DF, na SMDB, conjunto 16, lote 03, casa "D", condomínio Mediterrâneo – Lago Sul/ DF, CEP: 71680-160 do cargo de diretor da Sociedade.

2.2 - Em razão da deliberação acima, o Parágrafo 2º da Cláusula 8ª do Contrato Social é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação:

### **"DA ADMINISTRAÇÃO**

Cláusula 8ª – A sociedade será administrada por uma ou mais pessoas físicas, sócias ou não sócias, residentes no Brasil, sendo que todos usarão, individualmente, o título de "Diretor". Os diretores serão designados pelos sócios conforme disposto no parágrafo 1º desta cláusula e estarão investidos de amplos poderes para individualmente administrar a sociedade, bem como para praticar os atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social nos termos da lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representa-las em toda e quaisquer circunstância.

Parágrafo 1º - Os Diretores não sócios serão designados pelos sócios representando 2/3 do capital social, se as quotas representativas deste estiverem totalmente integralizadas. Caso as cotas representativas do capital social estiverem parcialmente integralizadas, a designação do Diretor e da Diretoria será realizada mediante aprovação unânime dos sócios.



*[Handwritten signature and initials]*



filiais, agências e escritórios mediante decisão dos sócios representando maioria do capital social.

## DA DURAÇÃO

Cláusula 4ª – A sociedade iniciou suas atividades em 24 de março de 2003 e o seu prazo de duração será indeterminado.

## DO CAPITAL

Cláusula 5ª – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 9.699.102,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil e cento e dois reais), dividido em 9.699.102 (nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil e cento e duas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

- 1. INTERNATIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A** – 9.699.101 (nove milhões, seiscentas e noventa e nove mil e cento e uma) quotas no valor nominal de R\$ 9.699.101 (nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil e cento e um reais); e
- 2. FERNANDO CASSINA** – 1 (uma) quota no valor nominal total de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo 1º - De acordo com o artigo 1.052 da Lei n º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

Parágrafo 2º - Cada quota confere o direito a um voto nas decisões dos sócios.

Parágrafo 3º - O saldo remanescente de R\$0,25 (vinte e cinco centavos) ficará reservado para uso futuro pela sócia INTERNATIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A.

## DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 6ª – O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado pelos sócios.

Cláusula 7ª – O aumento de capital deverá ser deliberado em reunião de sócios, em que: (a) serão definidos os termos e condições de aumento de capital; (b) será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência; e (c) será convocada reunião de sócios para aprovar a correspondente alteração do Contrato Social, a menos que a totalidade dos sócios se pronuncie, nesse momento, com relação ao seu direito de preferência para subscrever novas quotas no correspondente aumento de capital. Nesta última hipótese, a alteração do Contrato Social será aprovada no mesmo ato.



.....

Parágrafo Único – A reunião de sócios mencionada no item (c) acima será dispensada caso a totalidade dos sócios assine a correspondente alteração do Contrato Social.

## DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 8ª – A sociedade será administrada por uma ou mais pessoas físicas, sócias ou não sócias, residentes no Brasil, sendo que todos usarão, individualmente, o título de “Diretor”. Os diretores serão designados pelos sócios conforme disposto no parágrafo 1º desta cláusula e estarão investidos de amplos poderes para individualmente administrar a sociedade, bem como para praticar os atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social nos termos da lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representa-las em toda e quaisquer circunstância.

Parágrafo 1º - Os Diretores não sócios serão designados pelos sócios representando 2/3 do capital social, se as quotas representativas deste estiverem totalmente integralizadas. Caso as cotas representativas do capital social estiverem parcialmente integralizadas, a designação do Diretor e da Diretoria será realizada mediante aprovação unânime dos sócios.

Parágrafo 2º - Os sócios, neste ato ratificam a designação do (i) Sr. **VICENTE FLORES ARTEAGA**, mexicano, solteiro, engenheiro de sistemas, portador da cédula de identidade para Estrangeiros nº V856791N SR/DPF/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 235.294.848-73, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na QI 29, Lote 2, Bloco F, ap. 1102, S Q Atlântica, Guará, CEP 71065-290, para o cargo de Diretor, e (ii) **JULIANA VIANA RODRIGUES PIMENTEL**, brasileira, filha de Edvaldo Pimentel e Maria Helena Rodrigues Pimentel, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 1.526.462 (SSP/DF) e inscrita no CPF/MF sob o nº 821.276.621-72, residente e domiciliada em Águas Claras, Distrito Federal, na Alameda das Acácias, Qd 107, lote 5/6, Bloco A, apto. 1502, Residencial Primavera, CEP 70920-540, para o cargo de Diretora.

Parágrafo 3º - Os Diretores não poderão praticar quaisquer dos seguintes atos **sem a prévia autorização com firma certificada diante de tabelião público, da sócia INTERNACIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A.**

(i) Vender bens imóveis e aqueles bens móveis suscetíveis do registro, bens corpóreos e incorpóreos e direitos à medida os mesmos não sejam parte dos ativos negociáveis para fins de cumprimento do capital social, para o que não será necessária assinatura conjunta; sempre à título oneroso, por qualquer modo, compra e venda, permuta, dações em pagamento, cessão ou qualquer outra espécie de contrato, nominado ou inominado em qualquer forma e condição com faculdades para firmar compromissos de compra e



*[Handwritten signature]*

... ..  
venda de imóveis e suas cessões ou rescisões, com toda classe de cláusulas e pactos;

(ii) Constituir direitos reais de toda classe sobre os bens da mandante, e aceitar adjudicar ou transferir esses direitos sobre bens de outras pessoas; e

(iii) Solicitar créditos e empréstimos de toda classe em bancos privados ou estaduais, ou com particulares, por qualquer soma, prazo, juros e demais modalidades que se estipule e assegurar o cumprimento das obrigações contraídas com toda classe de garantia, penhor, fiança, hipoteca, aceitando expressamente as disposições das diversas leis orgânicas das instituições públicas e privadas e demais circulares e regulamentos internos.

Parágrafo 4º - Os diretores, sem a prévia autorização da sócia **INTERNATIONAL AFIS DEVELOPMENT S.A.** comprovada a través de carta, fax ou e-mail, não poderão praticar quaisquer dos seguintes atos:

(i) Adquirir bens imóveis e móveis registráveis por qualquer título oneroso ou gratuito, podendo constituir direitos reais sobre os mesmos pelo seu valor pecuniário, no caso. Alienar e adquirir bens móveis não registráveis de qualquer espécie e sempre à título oneroso, por qualquer modo, compra e venda, permuta, adjudicação em pagamento, cessão ou qualquer outra espécie de contrato, nominado ou inominado, em qualquer forma e condição, com faculdades para firmar compromissos de compra e venda e suas cessões ou rescisões, e, neste caso, toda classe de cláusulas e pactos;

(ii) constituir, cindir, fusionar, incorporar, dissolver, liquidar ou transformar sociedades subsidiárias;

(iii) Prestar garantia em contratos de locação de imóveis destinados ao escritório/estabelecimento da Sociedade, ou residência dos diretores ou empregados (sociedade);

(iv) Abrir e encerrar filiais, depósitos, escritório de vendas, escritórios administrativo, ou quaisquer outros estabelecimentos da Sociedade;

(v) Onerar, adquirir ou alienar participações da Sociedade em negócios ou sociedades, firmas individuais ou em qualquer outro licenciar o uso ou de qualquer modo divulgar propriedade intelectual, tecnologia, dados técnicos, Know How ou outras informações confidenciais, patenteadas ou não, pertencentes à sociedade; e

(vi) Nomear procuradores para representar a sociedade dos atos até aqui enunciados ou por um período superior a 12 (doze) meses.

Parágrafo 5º - Os diretores poderão praticar os atos abaixo, sem as formalidades e limitações previstas nos parágrafos anteriores:



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



- (i) Assinar contratos ou acordos de qualquer natureza, que não recaiam sobre o capital, comprometendo a sociedade outorgante no fornecimento e venda de bens e serviços. Participar e assinar ofertas de licitações, concursos de preços, etc., públicas ou privadas e os contratos de adjudicação, que resultem das mesmas, formular objeções e elevar ofertas;
- (ii) Levar a cabo toda classe de operações aduaneiras, tanto de importação como exportação, subscrevendo os documentos que forem necessários ante o órgão aduaneiro e sociedades de transporte, recebendo e enviando mercadorias, memorandos e correspondências ordinárias, assim certificados, bem como tomar seguro sobre as mesmas;
- (iii) Exigir e cobrar todos os montantes devidos à empresa e outorgar recibo e em particular cobrar créditos telegráficos ou postais, ordens de pagamento, cheques, outorgar quitação e desencargo na forma solicitada, dos montantes cobrados aos organismos que tenham feito os pagamentos;
- (iv) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, especialmente operar sobre as contas bancárias até a revogação, por escrito, desta faculdade, fazer expedir toda classe de cheques, exigir, receber toda classe de capitais, juros, rendas e acessórios que possam ser devidos à empresa ou por qualquer conceito, firmar separadamente toda classe de cheques ou ordens de pagamento, receber toda classe de somas depositadas, depositar outras, retirá-las, dar quitação de tudo mencionado anteriormente, efetuar toda classe de retiradas da conta;
- (v) Firmar toda classe de instrumentos que sejam necessários para a administração ordinária da empresa, e contratar e despedir o pessoal, definir os postos e condições de trabalho; tomar toda classe de decisões que sejam convenientes para a boa manutenção/funcionamento da Sociedade com referência às leis de saúde e segurança;
- (vi) Representar a Sociedade perante qualquer autoridade judicial ou administrativa, nacional ou estrangeira, por qualquer assunto, causa, ou pleito de natureza que for, em matéria civil, trabalhista, comercial, fiscal, contenciosa, administrativa ou arbitral. Nacional ou estrangeira, que esteja pendente, que venha a se iniciar ou que se promova no futuro, seja como autora, demandada, terceira, requerente, ou simples gestora, com as mais amplas faculdades de direito processual, especialmente absolver posições, apresentar demandas, contestar as mesmas, desistir, transigir, dispor e aceitar desajolamentos e lançamentos e promover concursos e quebras;
- (vii) Confessar dívidas;
- (viii) Votar em assembleias e/ou reuniões de acionistas e/ou sócios, bem como tomar qualquer decisão em relação às sociedades subsidiárias; e





(ix) Reinvestir ou distribuir lucros;

Parágrafo 6º - Os diretores poderão constituir procuradores com poderes específicos para a prática de atos que não são enumerados nos parágrafos 3º, 4º e 5º acima sem a necessidade de autorização prévia, desde que as procurações sejam outorgadas por períodos não superiores a 1 (um) ano. Procurações para fins judiciais poderão ter prazo indeterminado.

Parágrafo 7º - Os Diretores declaram, sob a pena da lei, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

## **DA REUNIÃO DE SÓCIOS**

Cláusula 9ª – As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, obedecendo às regras de convocação e quórum dispostas neste capítulo.

Parágrafo Único – A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

Cláusula 10 – As seguintes matérias dependem de deliberação dos sócios:

- I – a aprovação anual das contas da administração;
- II – a designação, a destituição e a forma de remuneração dos diretores;
- III- a alteração do contrato social;
- IV – a incorporação, cisão, fusão, transformação e a dissolução da sociedade; ou a cessação do estado de liquidação;
- V – a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
- VI – recuperação judicial ou extrajudicial, ou pedido de concordata.

Cláusula 11 – As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas pelos diretores ou por sócios representando no mínimo 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo 1º - A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 2º - As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.



.....

Cláusula 12 – A reunião será instalada com a presença de sócios representando a maioria do capital social.

Cláusula 13 - As deliberações dos sócios serão tomadas pela maioria dos votos dos sócios presentes na reunião, exceto com relação ao disposto na cláusula 8ª, parágrafo 1º acima e nos casos previstos abaixo:

I- nos casos previstos nos itens III e IV da cláusula 10 acima, quando serão necessários votos correspondentes, no mínimo, a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social; e

II – nos casos previstos nos incisos II e IV da cláusula 10 acima, quando serão necessários votos correspondentes a mais de metade do capital social.

Parágrafo Único - As deliberações tomadas em conformidade com este contrato social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

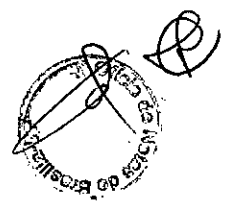
### **DA CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

Cláusula 14 - Os sócios poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, o sócio ou terceiro estranho à Sociedade, desde que não haja oposição de sócios representando mais de  $\frac{1}{4}$  do capital social. Os sócios que concordarem com a cessão e/ou transferência deverão assinar todos os documentos necessários à comprovação de cessão e/ou transferência das quotas, inclusive à alteração do presente Contrato Social.

Cláusula 15 – Não obstante o disposto na cláusula 14 acima, as quotas representativas do capital social somente poderão ser cedidas e/ou transferidas a terceiro após terem sido oferecidas aos outros sócios, que terão o direito de preferência na aquisição das referidas quotas, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso por escrito do sócio disposto a ceder e/ou transferir suas quotas. Decorrido este prazo sem o exercício do direito de preferência acima, o sócio disposto a ceder e/ou transferir suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e nas mesmas condições oferecidas aos outros sócios.

### **DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL**

Cláusula 16 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data a partir da qual deverão ser levantados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico. Os lucros apurados terão o destino que lhes for atribuído pelos sócios representando a maioria do capital social.



NUNY

Parágrafo Único – Os sócios representando a maioria do capital social poderão deliberar pelo levantamento de balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros com base neles.

### **DA EXCLUSÃO DE SÓCIO POR JUSTA CAUSA**

Cláusula 17 – Será considerada justa causa para exclusão a prática, por qualquer sócio, de atos de inegável gravidade que ponham em risco a continuidade da Sociedade.

Parágrafo Único – Além do disposto acima, poderá ser considerada justa causa a ocorrência dos seguintes fatos:

- (i) quebra do *affectio societatis*, deliberada por sócios representando no mínimo  $\frac{3}{4}$  do capital social;
- (ii) concorrência, direta ou indireta, tanto como proprietário, acionista, sócio, investidor, parceiro, licenciado, financiados, operados, consultor, empregado, ou de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela sociedade; e
- (iii) proposta ou contratação de qualquer diretor, funcionário, empregado ou preposto da Sociedade com o propósito de empregar ou de qualquer outra forma contratar seus serviços.

Parágrafo 2º - A exclusão do sócio deverá ser deliberada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando o sócio sujeito à exclusão ciente, em tempo hábil, para que possa comparecer e, querendo, apresentar sua defesa.

Parágrafo 3º - O reembolso do sócio excluído será feito pelo valor patrimonial de suas quotas apurado em balanço patrimonial especialmente levantado para esse fim, devendo ser pago em até 10 dias a partir da liquidação de suas quotas.

### **DA CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE**

Cláusula 18 – Na hipótese de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, falecimento, insolvência, liquidação ou exclusão de qualquer dos sócios terão o direito de preferência na aquisição de quotas do sócio falido, em recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvido, falecido, insolvente, liquidado, retirante ou excluído, podendo a Sociedade continuar seus negócios, sendo que o direito de preferência será exercido nos termos das condições previstas na Cláusula 15 acima.

### **DA LIQUIDAÇÃO**

Cláusula 19 – No caso de liquidação, serão observadas as disposições legais aplicáveis.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Parágrafo Único – Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir nos negócios da Sociedade.

## DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula 20 – A sociedade será regida pelas disposições da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404 de 15 de janeiro de dezembro de 1976 e alterações posteriores.

## DO FORO

Cláusula 21 – As controvérsias oriundas do presente Contrato Social serão resolvidas no Foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 3 (três) vias de igual teor, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 04 de agosto de 2016.

INTERNATIONAL AFIS  
DEVELOPMENT S.A

  
P.p. Juliana Viana Rodrigues Pimentel

  
FERNANDO CASSINA

P.p. Juliana Viana Rodrigues Pimentel

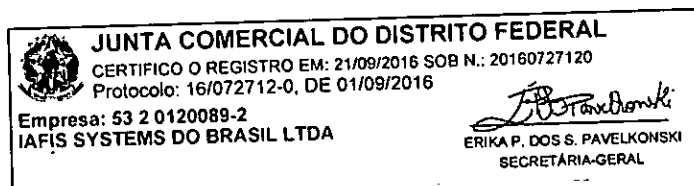
Testemunhas:

1.

Nome: Elicente Flores Anteaaga  
RG: V856791-N

2.

Nome: Luciana Rende  
RG: 1866450-DF



7000

**4º. OFICIO DE NOTAS DE BRASÍLIA**  
W/3 NORTE QD. 504 - ED. MARIANA-TERREO  
BRASÍLIA-DF - FONE: (0XX61) 3326-5234

---

RECONHECO e dou fe por AUTENTICIDADE  
a(s) firma(s) de:  
[0302251]-JULIANA VIANA RODRIGUES.....  
PIMENTEL [21].....

Em testemunho da verdade.  
BRASÍLIA, 13 de Setembro de 2016  
Selc: TJDF20160091035876ZOCJ a  
TJDF20160091035876ZOCJ  
Disponível no site [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)

019-HELIO MANDONCA  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
RDDS hora da impressão: 09:48:56

*Helio Mandonca*  
4º Ofício de Notas de Brasília-DF  
Escrevente Autorizado